



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº	10480.721845/2012-82
Recurso nº	Voluntário
Acórdão nº	1001-000.094 – Turma Extraordinária / 1ª Turma
Sessão de	30 de outubro de 2017
Matéria	Penalidades/Multa por atraso na entrega de declaração
Recorrente	DANICA TERMOINDUSTRIAL NORDESTE LTDA
Recorrida	FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Ano-calendário: 2009

DESISTÊNCIA

A desistência configura renúncia ao direito sobre o qual se funda o recurso interposto pelo sujeito passivo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

(assinado digitalmente)

Lizandro Rodrigues de Sousa - Presidente e Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Lizandro Rodrigues de Sousa (Presidente), Edgar Bragança Bazhuni, José Roberto Adelino da Silva e Eduardo Morgado Rodrigues.

Relatório

Trata o presente processo de Notificação de Lançamento, no valor original de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais), e que após a decisão de primeira instância foi reduzida para R\$13.950,00 (treze mil, novecentos e cinquenta reais), referente a Multa por Atraso na

Entrega da Escrituração FCONT – Controle Fiscal Contábil de Transição (ano-calendário 2009).

Cientificada, a contribuinte apresentou impugnação em 16/01/2012 (e-fls. 02/09). As razões da impugnação foram assim resumidas no acórdão recorrido:

Preliminar de Nulidade

- os dispositivos legais citados no enquadramento legal (art. 16 da Lei nº 9.779, de 1999, art. 57, inciso I, Art. 2º da IN RFB 967/2009 e inciso I do artigo 54 da Medida Provisória 2.15835/01), transcritos, não servem como suporte à descrição dos fatos, pois são, em parte, inaplicáveis e, em parte, insuficientes para fundamentar a presente imposição descrita nos fatos, sendo, portanto, flagrante a ausência de enquadramento legal na notificação ora combatida;
- o art. 50 da Lei nº 9.784, de 1999 (transcrito), estabelece de maneira explícita a tipologia dos atos que devem ser, obrigatoriamente, motivados. Além disso, o inciso II do art. 59 do Decreto nº 70.235, de 1972 estabelece que são nulos: (...) os despachos e decisões proferidos por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa. Assim, tem-se que a capitulação legal é requisito essencial para a fundamentação de todo e qualquer ato administrativo, e sua ausência, além de cercear o direito de defesa do contribuinte, é fator de absoluta nulidade;
- logo, diante da ausência dos elementos identificadores do objeto da obrigação tributária, violando garantia constitucional prevista no inciso LV do art. 5º, não restam dúvidas quanto à nulidade da presente Notificação de Lançamento, haja vista manifesto vício insanável;

Do Direito

- de acordo com a descrição dos fatos contida na notificação do presente lançamento: A entrega dos dados para o Controle Fiscal de Transição (FCONT) fora do prazo enseja a aplicação da multa de R\$5.000,00 por mês calendário ou fração de atraso.
- como a Escrituração FCONT do exercício de 2009, com prazo de entrega de 31/01/2010, foi entregue em 19/12/2011, a autoridade fiscal entendeu pela aplicação da penalidade de R\$5.000,00 por “18 meses de atraso”, num total de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais);
- o entendimento da autoridade fiscal foi no sentido de que a pena pecuniária deveria ser aplicada por “mês de atraso”, a partir da data em que a escrituração deveria ter sido entregue;

- tal entendimento não merece prosperar tendo em vista que a presente discussão trata, na sua essência, a respeito da aplicação do correto conceito de “mês calendário”;
- uma vez que a referencia é “mês calendário” e não “mês de atraso”, a aplicação da multa de R\$5.000,00 deve incidir uma única vez a cada obrigação acessória descumprida;
- caso a multa incidisse repetidamente, em todos os meses do período de atraso do cumprimento da obrigação, a referência seria expressa por mês de atraso e não por mês calendário;
- ao entender que “mês calendário” abrange todos os meses durante o atraso no cumprimento da obrigação, a autoridade incorre em interpretação extensiva e, além de prejudicar o contribuinte, contraria totalmente a orientação trazida pelo art. 112 do CTN;
- assim sendo, a cada vez que o contribuinte deixar de entregar escrituração, na data determinada, ele só pode ser penalizado uma única vez. Além do mais, a fixação da multa de forma cumulativa configura-se totalmente desproporcional, pois se estaria transformando a multa que é punitiva em moratória;
- isso se justifica ainda, pelo fato de que nem toda obrigação acessória tem periodicidade mensal. Assim, mesmo que a periodicidade seja trimestral ou anual, o termo “mês calendário” deve ser interpretado conforme essa peculiaridade, de modo que cada escrituração que deixe de ser apresentada gerará uma única multa. Se a obrigação é mensal, a multa incide por mês; se trimestral, a multa será para cada trimestre, e assim por diante (cita ementa do Ac 523020074013801 do TRF1, em julgamento de multa pelo atraso na entrega de Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle de Papel Imune, conhecida como “DIFPapel Imune”, cujo título é “ATRASO NA ENTREGA. MULTA REGULAMENTAR. NÃO CUMULATIVIDADE”);
- no presente caso, como a periodicidade é anual, o termo “por mês calendário” significa a cada ano em que permanecer o atraso. Assim, a forma correta de aplicar a multa de R\$5.000,00 é apenas a cada ano, até que a escrituração seja entregue;
- dessa forma, o termo “mês calendário”, que é uma previsão genérica, estará sendo interpretado, corretamente, em relação a cada espécie de obrigação

descumprida, e não aplicado cumulativamente em todos os casos;

– portanto, no presente caso, é indevida a multiplicação do valor da multa pelo número de meses que durou o atraso, sob pena de a multa assumir caráter confiscatório e malferir os princípios constitucionais da proporcionalidade e da razoabilidade;

Dos Pedidos

– por todo o exposto, requer que se acate integralmente a impugnação, julgando-a procedente, seja pela preliminar, seja pelas demais razões, no sentido de cancelar o lançamento na sua totalidade. Do contrário, que seja aplicada a penalidade na forma exposta.

A decisão de primeira instância (e-fls. 79/86) manteve em parte o crédito tributário, exonerando em parte o crédito por constatar a superveniência de lei nova (Lei nº 12.766/2012) que prevê, para a mesma infração, a aplicação de penalidade menos severa do que a lei vigente na data da prática da infração, o que autorizaria a aplicação da retroatividade benigna, prevista no art. 106, II, “c”, do CTN.

Cientificada da decisão de primeira instância em 06/05/2016 (e-fl. 97) a Interessada interpôs recurso voluntário em 06/06/2016 (e-fls. 100/111), em que repete os argumentos da impugnação, requerendo a nulidade da autuação por erro no enquadramento legal e aduzindo, em resumo, julgados do CARF e do STJ (CARF Acórdão nº 340200.754 e STJ - REsp nº 252.095-PE) em que se teria decidido a favor da tese do recorrente, de que seria indevida a multiplicação do valor da multa (prevista para cada infração à obrigação formal - falta de declaração) pelo número de meses que durou o atraso.

Voto

Conselheiro Lizandro Rodrigues de Sousa - Relator

Conforme Termo de Anexação de 27/10/2017 (e-fl. 209), o contribuinte solicitou, previamente ao julgamento, desistência (e-fl. 210) do presente recurso por ter requerido adesão ao parcelamento do Programa de Regularização Tributária (PRT), instituído pela MP n. 766/2017. A desistência configura renúncia ao direito sobre o qual se funda o recurso interposto pelo sujeito passivo.

Desta forma, voto por não conhecer do recurso

(assinado digitalmente)

Lizandro Rodrigues de Sousa

